

## TRABALHANDO COM FAMILIAS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS FILHOS A TEORIA SISTÊMICA NARRATIVA

Luiz Antonio Gastardi<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a prática terapêutica-socio-educativa junto a crianças e suas respectivas famílias realizada no Instituto de Educação Social Joana Darc. Trata-se de uma reflexão sobre as relações que as famílias pensam e refletem sobre a realidade vivida no que concerne a educação de seus filhos e como estes pensam e refletem sobre a educação recebida. Descreve as abordagens que facilitam a construção do modelo de educação com perspectiva de criticidade e a construir estratégias para superação dos desafios psicológicos e sociais. O Objetivo do artigo é apresentar a experiência utilizando o modelo de pesquisa-ação fundamentada na teoria Sistêmica Narrativa no processo de relações familiares.

**Palavras-chave:** Educação informal, famílias e crianças, teoria sistêmica Narrativa.

### ABSTRACT

This article presents a reflection upon social-educational therapeutic methods used on children and their families within the IESJD ( Joana Darc Organization for Social Education). It not only deals with the sorts of relationships those families perceive to live concerning their children's education and raising process but it also brings to light reflections on the sort of education parents received themselves. Further, strategies which enable an easy construction of a model of child raising processes with critical perspective are discussed. Strategies to overcome psychological and social hurdles are also approached in the course of this article.

In a nutshell, the goal is to present a range of experiences and impressions making use of a research-action study model backed up on the so called Systemic Narrative Inquiry in the family relationship processes.

**Keywords:** informal education, families and children, Systemic Narrative Inquiry

---

<sup>1</sup> Professor Universitário de Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo - Departamento de Serviço Social. E-mail: [gastardi@oi.com.br](mailto:gastardi@oi.com.br)

## INTRODUÇÃO

Observações sistematizadas sobre a prática de orientação à familiares, demonstram situações dramáticas vivenciadas pelos responsáveis quando falam de suas dificuldades para educarem seus filhos.

Toda a conjuntura cultural, política, econômica e religiosa induzem cidadãos agirem na condição de reprodutores de normas e valores sociais. Diariamente os familiares são postos ao desafio de encontrar uma atitude “correta” para educar os filhos. Sofrem com o dilema de serem “justos” de acordo com as determinações impostas pelo meio ou por outro lado também sofrem quando “quebram” as normas para lutarem pela sobrevivência. É um dilema vivido dia após dia. Um simples exemplo: O filho mais velho deve ou não tomar conta dos menores para os responsáveis saírem para o trabalho e/ou outra atividade? Devo manter o casamento para o bem dos filhos? O que é uma atitude agressiva quando se trata de estabelecer limites? deve-se ou não castigar os filhos? Até que ponto a família se sente organizada para superar problemas para educá-los? Como tratar uma geração tirana que pensa poder fazer o que quer? São estas e outras perguntas, que de acordo com a intensidade de atenção ou a de abandono, geram consequências sociais e psicológicas na organização familiar e no plano individual no que se refere ao crescimento das crianças. São muitas as perguntas que fazem: Como definir o que é “certo” e o que é “errado” para educarem seus filhos.

Todas estas relações e pressões sociais são externalizadas em palavras e gestos quando estão sendo atendidos por profissionais. Ora demonstram indignação, ora demonstram atitude de revolta, ora silenciam engrossando as fileiras dos cidadãos sofridos condenados ao silêncio.

Os aconselhamentos que recebem da Igreja, da Justiça, da Assistência Social, dos Educadores, enfim da sociedade, inclui-se os serviços prestados pelo Estado, tanto ajudam a família ou um indivíduo para que sintam-se “aliviados” ou “paguem pelos erros” da angústia que trazem em si ou coletivamente. São os casos da adoção, internação para jovens, pagamento de pensão alimentícia.

De uma forma ou de outra as situações, as atitudes, a angústia reaparecem. Entendemos sem um trabalho de re-educação familiar as intervenções são respostas imediatas à determinada situação problema que sem sombra de dúvidas haverá reincidência. Decorrem desta imeditividade outras

perguntas. Onde foi que errei? O que fiz? Ou então, Como posso sair desta situação sem infringir Leis e regras morais da sociedade? Note-se que geralmente as perguntas são elaboradas na primeira pessoa do singular. Dificilmente em atendimento uma família utiliza, em suas narrativas, o verbo na primeira pessoa do plural.

A incerteza e diferentes opiniões sobre as atitudes que tomam na intenção de educar os filhos podem tanto ajuda-los ou prejudica-los no processo de construção da cidadania.

Agrava-se ainda mais a angústia da família no que diz respeito à complicada noção de “centralidade na família”. Não é rara a ação de instituições do Estado e da Sociedade Civil que responsabilizam a família por atos antissociais e criminosos praticados pelos infantes e adolescentes. O Estatuto da Criança, a Lei de Adoção, a Lei do divórcio, a Lei da Palmada, entre outros mecanismos legisladores, por vezes, podem ser instrumentos que por si só permitem se tornar uma decisão judicial “fria” decorrendo muitas vezes na interferência e possíveis rompimentos de sistemas familiares que não facilitam o desenvolvimento afetivo da criança e do adolescente.

Há vários modelos de ações de proteção à Criança e ao Adolescente. Ora são medidas punitivas ora medidas sócio-educativas. Programas sociais implantados como exemplo os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). A justiça tem buscado formas alternativas para abordar a grande demanda relacionada à educação das crianças e adolescentes sem precisar aplicar a internação em centros de reeducação para jovens.

Cada setor, cada órgão governamental e não governamental utiliza de suas técnicas e métodos para intervir sobre a demanda como, por exemplo, a criança na rua, a criminalidade prostituição, drogadição entre outros atos que através da violência aberta ou velada ameaçam a sociedade e a integridade do próprio jovem.

A justiça, por exemplo, utiliza o método da mediação de conflitos e estatisticamente demonstra que 80% dos casos de conflitos, são resolvidos através deste método.

Outros modelos utilizados por diferentes ciências, construídos pela pedagogia, psicologia, serviço social, durante décadas tratam da temática da intervenção no relacionamento familiar para cuidar de problemas de comportamento dos filhos. Entre outras propostas, este trabalho destaca a utilização do modelo sistêmico de trabalho com famílias.

Especificamente focaremos neste artigo algumas noções do modelo sistêmico narrativo no trabalho com as famílias e suas crianças.

Em linhas gerais, esta prática abaixo descrita consiste no acompanhamento atento da comunicação transmitida por crianças, na faixa etária de 9 a 13 anos, sobre determinados temas ou

existência vivida construindo um relatado de histórias de vida. Os temas são organizados em forma de desenhos, mensagens, músicas, teatro entre outras formas de comunicação e apresentados na oportunidade em que acontecem encontros com os seus familiares. Os familiares trocam experiências e aprendem uns com os outros, formas alternativas de agirem para educarem seus filhos. O processo da descoberta que acontece nas reuniões familiares, são irradiados e refletidos para todo o sistema familiar relacionado ao mundo vivido pela criança, contribuindo para uma ação então modificada, daquela educação padrão anteriormente efetivada no contexto das relações familiares. Costumam dizer: “-foi assim que aprenderam com os pais e não viam outra forma de educar os filhos, ou então, não quero fazer com os meus filhos o que meus pais fizeram comigo”.

Note-se que permanece o círculo vicioso de identificação de um ou outro membro da família como portador do sintoma.

Diante desta proposta metodológica surgem as seguintes questões: Qual a contribuição que esta intervenção profissional trás para a melhoria das relações familiares? A intervenção sistêmica, mais especificamente o modelo narrativo, favorece para a melhoria das relações familiares na educação das crianças e adolescentes? Que resultados podem-se obter com a intervenção sobre as relações familiares?

Para buscar respostas a estas perguntas, foi utilizado quando realizamos atendimento às crianças e seus familiares durante o período estudado foi o método da pesquisa-ação. Em linhas gerais este método consiste ir ao sistema usuário praticando uma ação participativa, observar os resultados e junto com o sistema usuário construir hipóteses diretrizes de novos modos de educação. Durante o período de abril 2009 até junho de 2010 foram realizados atendimentos semanais à 20 crianças. Os temas foram coletados e avaliados junto às crianças, e mensalmente apresentados às suas respectivas famílias. Este processo de coleta e avaliação tornava-se ampliado (com a presença dos familiares) e construídas as hipóteses diretrizes retornavam ao cotidiano com “as novas ideias de se agir na educação”.

Esta intervenção/avaliação permitiu que ao final do período, as famílias e as crianças, apontassem o que mudou nas relações familiares, especificamente na educação dos filhos.

Para apresentar os resultados e métodos e técnicas utilizados, este artigo foi dividido em dois capítulos. No capítulo I será explicitado o modelo de pesquisa utilizado, através do qual foi possível relacionar o modelo de pesquisa com o método sistêmico de atendimento. Estes dois métodos têm como orientação filosófica, a participação do sistema usuário como sujeito/objeto construtor das relações humanas.

O capítulo II contém a descrição refletida da prática. Ou seja, além da apresentação descritiva da ação realizada há concomitantemente toda uma análise crítica que correlaciona a teoria sistêmica e a prática sob o olhar epistemológico do pesquisador e a construção participativa dos sujeitos atendidos. Ao final apresentamos as conclusões preliminares, considerando que as relações humanas e teorias estão sempre sujeitas ao princípio do devir conseqüentemente inacabadas e sujeitas à novas perspectivas quanto ao olhar e o agir sobre a realidade vivida.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa-ação foi realizada no Instituto de Educação Social Joana D'arc na cidade de Vitória, Espírito Santo, Brasil. Trata-se de uma instituição organizada sob um projeto pedagógico cujo principal atendimento está voltado para a educação informal para crianças e adolescentes.

A intervenção está fundamentada sobre categorias teóricas e princípios filosóficos.

A prática considera o princípio de que o ser humano, na sua condição social, necessita da família a segurança e cuidados desde sua gestação, até o desenvolvimento da criança e do adolescente. A família em diversos sistemas humanos é o grupo social responsável por esta formação. Por isto atender às famílias torna-se uma referência para se observar e questionar, o porquê de tudo, ou seja, refletir a subjetividade que constrói o indivíduo como indivíduo e as suas relações humanas.

Partindo desse princípio, emerge a necessidade de compreender como essa família em sua organização se estrutura na distribuição de papéis e funções que determinam o comportamento que cada indivíduo. Que o profissional valorize a família como espaço que proporciona conexões e padrões de interações em suas relações.

“[...] a família não pode ser excluída porque constitui um espaço privilegiado de convivência, dado que nela a dimensão afetiva é inerente. A construção de serviços, programas e ações devem contar com a participação das famílias e da comunidade, tanto na discussão quanto na execução e gerenciamento das propostas.” (Vicente 1994:47).

É importante ressaltar que o processo de ensinar/aprender se realiza pela via da educação enquanto processo educativo de maneira informal<sup>2</sup> de maneira a abranger todas as possibilidades educativas, no decurso da vida do indivíduo, dando possibilidade a este construir no seu cotidiano.

Para Andersen e Golishian, apud Farhart (2009)

“Toda ação humana acontece em uma realidade de entendimento criada pela construção social e pelo diálogo, ou seja, o sentido e o entendimento são construídos socialmente através da comunicação. As pessoas vivem e compreendem seu viver por meio de realidades e narrativas, que são construídas dentro de um contexto que dão sentido e organização à experiência. E afirmam ‘Damos significados às nossas experiências conforme, vivemos nossas vidas’.

Há também que se destacar a categoria do princípio do prazer e o princípio da realidade. Ela estimula aos usuários expressarem e refletirem livremente e prazerosamente seus temas gerados nas relações cotidianas trazendo consigo seus conflitos pessoais, familiares, comunitários e conseqüentemente dentro dos limites de realidade vivida, a oportunidade de refletirem sobre estratégias de intervenção para enfrentamento dos obstáculos cotidianos. Esta categoria permite, por exemplo, que assuntos sensíveis como sexualidade, violência doméstica, arranjos familiares, são tematizados paulatinamente. O amadurecimento da conscientização e da mudança de atitudes no enfrentamento de situações vivenciadas, são construídas no decorrer do processo, sem acontecer o rompimento e afastamento de seus participantes. Decorre desta categoria o princípio do construcionismo social.

Outro aspecto a ser destacado é o contrato estabelecido com as famílias. Trata-se de um instrumento utilizado para estabelecer regras as quais são explicitados os serviços oferecidos. No contrato consta quais são os direitos e deveres que devem ser observados respeitando a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro deste contrato há uma cláusula que a

---

<sup>2</sup> O termo Educação Informal segundo definição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Texto disponível “é um processo educativo assistemático que ocorre em meio à família, ao ambiente de trabalho, a partir da mídia, em espaços de lazer, entre outros, e resulta no desenvolvimento de conhecimentos e valores”. **EDUCAÇÃO INFORMAL**. Disponível em < <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?> > acesso em 04/12/2009.

família se responsabiliza participar de reuniões mensais denominadas Reuniões de Família. Estas regras alteram o foco de que a criança é a portadora do “problema” e norteia a prática para a direção da teoria sistêmica cujas premissas apontam para as relações familiares que são as geradoras de situações existências. Portanto a categoria da co-responsabilidade do grupo e do envolvimento individual constroem e destroem relações. Decorre desta categoria o condicionamento da participação dos familiares no processo e conseqüentemente a centralidade do atendimento sobre as relações familiares. O foco do atendimento está sempre direcionado para a construção de habilidades individuais e coletivas para a construção refletida que os ajude a tomarem decisões no enfrentamento das situações existenciais. Há que se observar nesta cláusula do contrato que se estabelece uma obrigatoriedade de participação de familiares no processo. Esta menção é destacada para diferenciar do conceito dominante que se concebe, que um processo terapêutico se estabelece quando somente há o desejo do usuário. A diferença do pensamento convencional quanto a este assunto se difere pois numa perspectiva centrada no paciente a intervenção é enfatizada no paciente. Neste modelo, conforme enunciaremos diversas vezes no decorrer deste artigo, a ênfase está centrada nas relações produzidas pelo sistema familiar.

A categoria “relação Sujeito x Objeto” também é relevante. Quem é sujeito, quem é objeto?

Afirmamos acima que indivíduos e famílias se apoiam nas “verdades” construídas. Toma-se daí a primeira dedução: A famílias e indivíduos são objetos manipulados como acontece quando preparamos um alimento ou consertamos máquinas. Aplicar este modelo embrionário do método positivo não produz efeitos integralmente esperados quando observam a realidade. A ação não provoca uma reação esperada. Por exemplo: Não roubar. Sabe-se que esta é uma inferência do sujeito moralizador sobre o objeto “indivíduo social”. A pessoa objeto precisa sobreviver. Ele “quebra” a norma, sustenta o organismo, mas passa a transportar o peso da culpa e da punição seja ela física ou psicológica, externa ou auto punitiva .

Seguindo a análise da categoria *sujeito x objeto*, para se “mergulhar” na realidade, é preciso resignificar que o individuo que roubou é apenas objeto de intervenção. Ele torna-se sujeito quando desvela uma realidade que não o oportuniza realizar-se e ser reconhecido. Em que sistema de pertencimento está inserido que o torna ladrão?

A opção da utilização do método é aquele que envia a prática para o estabelecimento de relações em que existem *sujeitos e objetos* concomitantemente.

Trata-se do caminho que permite seguir numa estrada cujas margens transitam pessoas, pequenos e grandes grupos que são objetos, mas também são sujeitos. Para explicitar ainda mais esta categoria, apropriamo-nos do pensamento de Martin Heidegger.

Ao pensar sobre o ser e o tempo, afirma que na existência, a pessoa humana é um ser que convive com outros seres. Ora está à disposição dos outros e ora os outros estão à sua disposição. Retornando à categoria de sujeito/objeto e considerando o pensamento sobre os seres que se interagem, o caminho que se optou para lidar com as famílias é o caminho onde habitam seres. Seres que se interagem. Seres que obedecem, mas também se apresentam como sujeitos.

Em decorrência deste olhar as famílias e o terapeuta se interagem em pequenos grupos e individualmente trazem em suas palavras e gestos um mundo de conceitos que foram subjetivados. Entretanto, a subjetivação é material expressado inconscientemente e de forma ideologizada. Os problemas são racionalizações de sentimentos ou sentidos que estando a nível do pré consciente e do inconsciente foram construídos a partir de ideologias. Os sujeitos precisam ser ajudados a “enxergar” este conteúdo subjetivo. Este é o insight que destitui a qualificação de pessoas passivas. Não há risco em afirmar que na melhor das hipóteses que estão recebendo conceitos de verdade e reagindo irrefletidamente.

Nesta perspectiva a ação se apropria da proposta que orienta a prática narrativa e permite o “mergulho” às profundezas de conteúdos subjetivos submersos de uma superfície que é denominado “cotidiano repetitivo”. Os seres interagem, reproduzem e/ou criam novos modos de relacionarem-se. Estas ações geram amores e ódios, conflitos e/ou paz, união e/ou dissociação. Em consequência, ainda sobre um estado de consciência real da situação vivida sofrem, são felizes, amam, odeiam e assim por diante.

A introdução do conceito de Teoria Sistêmica Narrativa é uma abordagem que, nos anos de 1990, surge para priorizar o olhar mais aprofundado sobre as histórias que as pessoas contam. Esta abordagem, criada por Michael White, coloca as pessoas como conhecedora de sua história, como os especialistas em suas próprias vidas, e vê os problemas como estando separados das mesmas. Para tal,

“White recorreu cada vez mais à metáfora narrativa [...], enxergando os problemas das pessoas como relacionados às histórias que elas têm sobre si mesmas, que por sua vez em geral refletem práticas culturais opressivas”.

(Nichols & Schwartz, p.383)

De acordo com Michael White as pessoas contam histórias sobre os seus problemas e os eventos de sua vida. Esta intervenção possibilita alcançar ao efeito dos problemas ocorridos no contexto familiar e não na causa destes problemas. Assim, esta forma de abordar os relatos expande os momentos em que o problema não domina a família e as pessoas dão significados as suas experiências vividas, expressadas e verbalizadas de maneira que co-constroi histórias mais densas. A pessoa, ainda, conclui de maneira mais rica quando elabora este caminho para pensar sobre as identidades e as histórias.

A atenção passa a ser direcionada para a comunicação, bem como o que compõe o sistema, nos elos e contexto em que esta inserida. Assim, Narrativas veiculam determinados

“sistemas de valores por meio dos quais se sustentam determinadas práticas sociais e visões de mundo”. (Grandesso, 2000, p. 200).

As práticas narrativas se apoiam em um conjunto de ferramentas que funcionam de maneira positiva quando utilizadas coerentemente em uma postura terapêutica que contempla a crença e os demais parâmetros que circulam a singularidade humana.

Importante lembrar que neste sentido as pessoas partilham histórias de suas vidas, onde destacam algo mais importante – história dominante, deixando as outras histórias à margem, ou seja, não sendo o mais importante a contar.

Destaca-se a importância do ouvir e, esta, sendo uma das particularidades desta prática terapêutica, que segundo (Grandesso, 2008)

Está a serviço da compreensão dos significados da vida das pessoas que atende e da desconstrução das histórias e conceitos de conformidade pelos quais elas organizam as estreitas e dominantes narrativas sobre suas vidas e relacionamentos.

Para compreender este caminho foram construídos mapas para orientar as práticas. Estes nos momentos de reconstrução das narrativas em torno de fatos significativos que podem proporcionar novos argumentos para os temas das histórias sobre identidade e vida. Mas para tal, o terapeuta utiliza as histórias subordinadas que ficam na margem da história dominante.

Estas histórias subordinadas, utilizadas pelos terapeutas, dão por provisão metáforas, chamadas por Michael Withe de “andaimes”, para novos instrumentos culminando na expansão dos horizontes.

Os andaimes são divididos em quatro categorias de perguntas, onde as pessoas sequencialmente dão sentido e significado as suas histórias, conforme são conduzidos pelo terapeuta. Na visão de Michael Withe apud Carey (2007), são :

- As conversações de reautoria – os mapas das conversações pedem informações sobre o cenário de ação que se investiga eventos e ações passadas/vividas; e de identidade de histórias dominantes que encorajam as pessoas a explorar territórios diferentes.

- As conversações de re-lembranças ou lembrar – direcionam a atenção no outro para através de nossos relacionamentos com outras pessoas, relembre as trocas dessa relação.

- As conversações de testemunhas externas – estas práticas são com pessoas convidadas e focadas em:

expressão – narrados assuntos que chamaram a atenção na vida contada;

imagens – tipo de imagem de um modo geral dessas pessoas e como essas expressões evocam, quando foram colocadas sobre o que ouviu;

ressonância – o que chama a atenção em sua própria história; transporte – para que lugar a experiência o levou partindo do principio do testemunho dessas expressões e às respostas aos relatos da maneira que as vivenciou.

Este ponto da Narrativa possibilita uma forma de conversa de maneira a separar a pessoa do problema. Pessoas são propensas a acreditarem que os problemas fazem parte de sua estrutura. Quando se separam do problema, as pessoas podem compreender melhor como o problema surgiu e ao utilizar a Narrativa a novas formas de entender as histórias de vida e as novas formas de recuperar a autoria destas histórias. Isto é possível por meio da colaboração entre o terapeuta e as pessoas cujas vidas estejam sendo discutidas.

Outra variável é o rompimento com modelos convencionais de uma clínica ou consultório de atendimento. Trata-se de uma prática aberta onde se convida seus usuários se inserir em práticas esportivas, comemorações entre outras atividades.

Esta ênfase desmistifica a resistência à ideia terapeutica e favorece a aproximação dos usuários, nem por isto abandona-se o principio de intencionalidade na busca da terapia familiar focada no enfrentamento dos conflitos centrados na relação familiar. Gera-se, portanto a noção da família de incumbência. Uma delas é a relativização do sofrimento ou sentimento de impotência de não ter mais controle sobre o comportamento do filho centrado em um ou outro membro da família. A situação passa ser de todos.

Em determinados casos o sistema interventivo é ampliado quando o grupo familiar se conscientiza que a temática enfatiza a relação família-escola-comunidade por exemplo. Decorrente desta análise engendra-se a categoria de universalidade que foca a necessidade de se ampliar a ação da educação às redes que contribuem para a geração de situações existenciais que frequentemente focam a criança como objeto de intervenção, em outras palavras, criança problemática. Assim, podem-se verificar também que os encontros geram ações que propõem estratégias que envolvam todo o universo familiar. Portanto, é de fácil percepção que a cooperação, a solidariedade e a motivação são aspectos indispensáveis para que ambas organizações caminhem em um modelo de rede e parcerias.

Estes princípios e categorias implicam na utilização de um método de intervenção e reflexão. Já o denominamos de pesquisa-ação.

O método delimita claramente seu objetivo que é o de favorecer o processo relacional familiar no processo de educação informal de suas crianças.

A ação consiste em Identificar aspectos que possam caracterizar as relações a serem conhecidas que podem servir de base para identificar problemas e propor soluções.

Seguindo esta premissa as crianças participaram do processo cujo teor é o de gerar temas (situações problemas) bem como realizarem a reflexão destes com a apresentação concreta de planos de ação e/ou propostas alternativas que ajudarão as famílias, a escola, por exemplo, a praticarem uma educação positiva. Destaca-se aqui que os primeiros protagonistas são as crianças, que via de regra, são consideradas as portadoras de problemas psicossociais. Estes temas gerados e refletivos - é preciso que se enfatize a noção de que se apresenta a situação existencial refletida - são levados para o grupo de familiares (a priori, todos os membros das famílias, segundo o contrato, são convidados à participação embora se saiba que geralmente comparecem um só membro da família). Juntos debatem as representações sociais que possuem no nível de consciência no sentido de responderem como eles vão enfrentar a temática “educação dos filhos”. Há que se enfatizar aqui novamente o princípio da realidade. Muitas vezes a consciência sobre determinado tema pode ser muito clara, entretanto o nível de possibilidades de enfrentamento requer estratégias de enfrentamento que demandam tempo e segurança para agirem.

Didaticamente o processo de intervenção é delimitado por etapas. Num primeiro momento tanto no atendimento às crianças como às famílias configura-se como uma fase em que eles representam o vivido como se fosse uma verdade pré concebida. Este é o momento do trabalhador estimular a narrativa através da técnica compreensiva. Esta etapa é denominada como a fase da

imediatividade. Neste estágio a história de vida será narrada pelos atores conforme as vivenciam e a interpretam. A segunda etapa consiste na organização das histórias coletadas. O trabalhador organiza os dados e transforma as histórias em temas de análise. Esta fase consistirá em obter o acordo do grupo sobre o (s) tema (s) construído (s) e como o (s) representa. A terceira etapa consiste na construção de Categorias Teóricas. O trabalhador munido de seu rol de conhecimentos científicos, do senso comum e de assessoria técnica de outro profissional reflete o tema à luz destes conhecimentos científico e e da filosofia. Há que se destacar que nesta etapa o tema é construído como essência o resultado produzido pelo grupo e não de uma narrativa individual. Há que se considerar que nem todos os temas estão explicados, esclarecidos à consciência possível das famílias. Por exemplo, uma interpretação de uma Lei, a relativização de uma atitude de punição moralizante. Na terceira etapa o trabalhador devolve ao grupo a construção sistematizada das categorias que organizou para ser pensada pelo grupo. Esta etapa se caracteriza como a fase de ampliação de horizontes e produção de alternativas de relacionamentos quando forem enfrentar os problemas existenciais.

Muitas pessoas têm por questões morais, psicológicas, certa cristalização de conceitos que precisam desta contra definição para confrontação de concepções sobre a realidade. Por isto as categorias poderão ser refutadas ou em parte aproveitadas.

Este momento é caracterizado como mediatividade. A representação social refletida. O trabalhador também poderá avaliar, sozinho ou com o grupo, a intensidade de confronto e avanço do debate sobre os conceitos posto sobre os temas. É muito comum haver travamentos e recaídas quando os temas são muito fortes para o grupo. Temas que envolvem sexualidade, religião, por exemplo, requerem a necessidade do rompimento com “verdades” construídas que são muito difíceis para o sistema usuário provocar transformações. A quarta etapa consiste em utilizar as reuniões como um laboratório seguro e possível de ajustes para que os atores passem a agir sobre o tema de acordo com a nova concepção (representação) social da realidade que se torna um plano de ação para uma outra forma de agir sobre o cotidiano. Esta etapa denomina-se como a “nova imediatividade”. No decorrer da vida cotidiana os familiares buscam vivenciar os novos conceitos e atitudes no processo de educação dos filhos. Esta última etapa converte-se na primeira etapa acima descrita, ou seja a nova imediatividade narrada. As narrativas resultam em novas etapas do processo construcionista da realidade ajudando também ao trabalhador rever suas intervenções.

## II – Os resultados da ação

Os resultados propostos são os de oferecer oportunidade às famílias desenvolverem o seu potencial no que tange à melhoria de suas relações no enfrentamento dos desafios ao educarem seus filhos. Esta referência orienta a reflexão sobre o estado sócio-afetivo de cada criança e adolescente e sobre as reais possibilidades de oferecer a eles uma educação social.

Agir desta forma requer uma constante identificação de temáticas durante a intervenção. Este fato decorre de sucessivas aproximações à realidade vividas através das quais se estruturam as representações que as crianças e adolescentes fazem das situações que vivem. Estas representações podem ser de ordem econômica, social, psicológica, sendo reconhecidas como pertencentes ao grupo familiar em suas relações desmistificando a visão do problema centrado na pessoa/família. O primeiro resultado concreto da ação está na desvinculação da pessoa/família do problema. O objeto de intervenção é a situação existencial problematizada.

Outro aspecto desta ação é o de que o atendimento estabelece uma perspectiva crítica sobre os conceitos e as definições cristalizadas que explicam os diferentes temas/problemas existenciais. É de extrema relevância para o desenvolvimento do crescimento das famílias, o qual está relacionado ao método compreensivo da situação social problematizada. A problematização facilita a pessoa tomar consciência crítica da situação em que a família está envolvida, reforça sua capacidade de auto afirmar-se e auto-determinar-se para o enfrentamento e a busca de soluções das situações em que precisa resolver para continuar sua vida social. Focaliza o ser em sua situação de existência, relacionando-se com outros seres e elaborando projetos para a construção da realidade. Pressupõe-se que esses projetos devem ser autênticos no sentido de modificar criticamente essa realidade; a autenticidade pressupõe uma consciência real sobre a realidade a qual está envolvido. Denomina-se a este movimento de práxis social que envolve em sua essência a ação-reflexão-ação. Esta atitude permite dar uma dimensão de maior profundidade à educação informal. Consiste em observar os níveis de consciência social e psicológica que cada criança e sua família possuem e suas reais possibilidades de transformação desta consciência para uma consciência possível de transformação da realidade social. Atentamos para aspecto diferencial a que estes resultados obtêm. A ação consiste em abstrair os problemas vivenciais. A transformação individual e decorrente da transformação das relações. Por conseguinte o trabalho é compreendido como um processo de aprendizado através do qual as crianças e famílias são estimulados a apreender as maneiras como se educam socialmente; quais são seus juízos de valores, suas expectativas e possibilidades de modos de subsistência, situação na divisão de classe, papel na dinâmica familiar.

A educação psicossocial crítica, auxilia, portanto, na tematização e intervenção sobre o mundo os desafios que rodeiam as famílias ao definirem qual a visão que possuem como por exemplo as trocas afetivas de ódio, de violência, de moradia, econômica geram análises os tipos de comportamento individual.

Executar a ação com olhar refletido sobre temas provoca mudanças de atitudes que podem ser imediatas ou são assimiladas vagarosamente. O importante é a percepção do trabalhador apreender o tema e facilitar o sistema usuário a focalizar o enfrentamento do referido tema. Decorre desta observação o risco de que tanto o trabalhador como o sistema usuário perder-se em divagações e o processo transformar-se num encontro de catarse. A velocidade da mudança varia de uma criança/família para outra. Durante o processo se percebe que aquelas que desvelam mais rapidamente ajudam as mais lentas compreenderem o processo. Um novo olhar, uma nova ação sobre a existência.

O marco operativo/refletido compreende, portanto as dimensões terapêutica, pedagógica, administrativa e comunitária que a proposta apresentada propõe.

Além dos resultados práticos da intervenção junto ao sistema usuário, a pesquisa-ação gerou também um resultado técnico. Ao longo do processo foi estruturado um método de trabalho. Didaticamente podemos estruturar este método em quatro etapas. Neste artigo ele é decomposto em partes embora que na realidade o mesmo é dinâmico. Ele pode acontecer em um só atendimento ou em um período de 6 meses por exemplo. Na dinâmica do processo as fases se interpenetram e intervêm uma sobre as outras. Isto depende muito da habilidade do profissional e da consciência possível do sistema usuário.

O resultado denominado de dimensão pedagógica, está relacionado ao estímulo da capacidade da criança e de sua família a se reconhecer como sujeito num determinado movimento de ação e reconstrução do conhecimento. Para realizar esta ação o profissional necessita descobrir a possibilidade que o ser, singular ou coletivo, tem para desenvolver num processo de tomada de consciência e para exercer uma ação.

A Dimensão comunitária é um outro resultado obtido. Entendemos como dimensão comunitária como a articulação da nova imediaticidade transmitida a outras famílias, à escola, a igreja e a sociedade que circunda as famílias atendidas

Consequentemente, os “conselheiros” são destituídos da autoridade do saber unilateral e onipotente. Devem ser redimensionados à condição de homens comuns em suas relações sociais sob o risco de perderem a audiência e depostos.

Este homem comum, por sua vez, necessita ser visto com outro olhar. O olhar tem como “foco” uma leitura mais límpida de que no contato com a realidade ele sofre ações, mas também gera outras. Esta geração de influências de mão dupla é o resultado de experiências demandadas de vários segmentos do saber os quais os “conselheiros” se instrumentalizaram e os tornaram verdadeiros através de seus métodos, técnicas e instrumentos.

A construção da subjetividade do homem comum relacionada com a subjetividade de outra pessoa que, pela condição humana de viver em meio social, os une em torno de micro grupos, os faz agir com um emaranhado de “verdades” que no dia a dia provocam entre si aproximações e afastamentos, amor e ódio, gratificação e culpa.

Neste caminho, orientado por este olhar sob e sobre o ser e seus co-seres, o trabalhador irá concentrar-se nos momentos em que deverá intervir para propiciar a reflexão e estimular a ação. Nos dizeres de White edificar andaimes.

## **CONCLUSÕES PRELIMINARES**

O presente artigo pretendeu colocar à reflexão uma prática refletida sistematizada numa instituição com características objetivo explícitos de apoiar crianças e suas famílias visando um atendimento psicossócio-educacional fundamentada numa metodologia cujo conteúdo aborda conhecimentos sobre a teoria sistêmica numa perspectiva da escola narrativa.

A visão positiva desta afirma está baseada nos resultados que proporcionaram efetivos efeitos de mudança e transformação tendo como perspectiva o crescimento bio-psico-social da criança e de sua família.

Esta teoria proporcionou a análise das articulações familiares e da rede social para objetivamente conseguirem crescerem como família, indivíduos e cidadãos no plano social e afetivo consequentemente o atendimento adquire contornos de um atendimento que atinge dimensões comunitárias.

Com efeito aconteceu o aumento da consciência social abrangendo a preocupação com a proteção, com a segurança, com a saúde, com o afeto. Motivou portanto a busca por mais contato com a rede social como por exemplo, com escola, com o serviço de saúde, com a inserção no processo de consumo entre outros serviços públicos e privados.

Obtendo certa consciência real sobre estas necessidades as famílias se articulam para colocarem-se no processo sócio-econômico do meio em que vivem.

No início desta monografia foi descrito sobre a condição de passividade do indivíduo. Após a reflexão sobre o trabalho realizado foi possível desvelar a qualidade do comportamento humano no sentido de se inserir como sujeitos da história. Esta verificação aconteceu todas as vezes quando crianças e familiares movem-se de seus lugares “pré destinados” para reescreverem suas relações.

Seria falsear o documento, citando que após o atendimento tudo mudou. Considerar a história como portadora das relações humanas é considerar que dialeticamente as relações são construídas e desconstruídas. Esta concepção não compreende a história como um círculo. O processo histórico dialético é visto num complexo de um sistema vivo e evolui, transformando continuamente os seres vivos e inanimados. O conselho do clã, da vizinhança, da religião e até mesmo da repressão do Estado, via de regra, se esforçarão para manter o círculo.

Esta reflexão coloca em evidência que uma das proposições da narrativa na concepção de White torna-se um ato político.

“A construção das narrativas se insere num contexto histórico e resulta de uma negociação em comunidades, no que se refere às suas instituições e estruturas sociais, resultando de uma troca interpessoal nos contextos das relações (White, 1991). Assim, narrativas veiculam determinados “sistemas de valores por meio dos quais s sustentam determinadas práticas sociais e visões de mundo” (Grandesso 2000). Aceitar tal posicionamento implica numa determinada ética por rever histórias sobre a vida privada que construímos com nossos filhos e netos. (Grandesso 2006)

O auxílio deste suporte teórico e prático que nos proporciona uma melhor compreensão para a avaliação das mudanças dos atores assistidos, mas vai além. Esta prática motivou e reforçou que a prática da teoria sistêmica contribui para a prática dos psicólogos, mas também para os pedagogos, os assistentes sociais e outras profissões que trabalham com os problemas humanos.

Todavia, pensar e analisar essas contribuições motiva a reflexão sobre a aplicabilidade da metodologia em instituições públicas e privadas.

É significativa a importância de que o espaço institucional seja um recurso que permita a aproximação da criança e familiares com os profissionais que participaram do processo.

A experiência realizada no Instituto Joana Darc, ainda é caracterizada com espaço alternativo que possibilita contribuir uma reeducação familiar através da abordagem sistêmica. Conceber o indivíduo como sujeito protagonista, ativo diante das transformações interligando as

suas experiências e redirecionando a sua visão de mundo e considerar as relações em processo. Esta prática institucional poderia ser admitida como regra facilitando uma intervenção dialética em direção a construção das relações humanas e da sociedade.

Sobre o trabalho com as crianças e suas famílias o relato desta prática refletida reforça a necessidade de que exista mais e muitas ações direcionadas ao público infante-juvenil, aprendendo a desempenhar o papel de sujeito em desenvolvimento, evidentemente acompanhado e protegido por uma orientação de conteúdo social e afetivo que sirvam de estímulo, para que o mesmo possa conhecer esse universo chamado mundo que carece de compreensão, cuidado e principalmente que se reconheçam atores das ações e responsabilizarem-se pelo que fizerem a este mundo. Deveria ser considerado um espaço para política social de apoio à família.

Finalmente defendemos a contribuição desta metodologia como uma, entre outras, alternativas para abordar o enfrentamento de situações psicossociológicas vivenciadas pelas famílias, pelo Estado e pela Sociedade Civil. Estas instituições se vêm desafiadas pelos atos antissociais, vandalismo, autodestruição, violência entre outras formas de expressão de crianças e adolescentes cuja intervenção via de regra, focalizam um atendimento focado isoladamente no casal, na criança, no Estado entre outras fragmentações que muitas vezes se busca mais um portador de doenças, infrator ou desincumbência de papéis do que a solução de problemas intra e supra-familiares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

1. ALVES, Rubem. *Conversas com Quem gosta de Ensinar*, Cortez, São Paulo 1981
2. ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
3. Constituição Federal, Cap.III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I – Da Educação, Art. 205, 1988
4. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Cap. IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer Art. 58
5. GASTARDI, Luiz Antônio. **Educação Informal para Crianças e Adolescentes**. Tese de Doutorado: Serviço Social. PUC-SP: 1998.

6. GRANDESSO, Marilene. Narrativas, Histórias e mais histórias. Casa do psicólogo, , São Paulo, 2006
7. Instituto Ayrton Senna. **Conceitos Norteadores:** para o Grupo de Trabalho. SP:2001.
8. KENNETH J.Gergen. Mary Gergen. Construtivismo Social – Um convite ao diálogo. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ. 2010
9. WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova J. **Pobreza e desigualdade no Brasil:** traçando caminhos para a Inclusão
10. CAREY, M. RUSSELL, Shona. **Terapia Narrativa: Respondendo às suas perguntas.** Porto Alegre, 2007.
11. Grandesso, M. (2000). Sobre a reconstrução do significado: **Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica.** São Paulo: caso do Psicólogo.
12. **“Dizendo olá novamente”:** A presença de Michael White entre nós terapeutas familiares. Revista Brasileira de Terapia Famílias – V.1, n.1, janeiro/junho de 2008.
13. NICHOLS, Michael P. SCHWARTZ, Richard C. Terapia Familiar Conceitos e Métodos (2007). Porto Alegre Artimed, Ed.7ª, 2007
14. ROSSET, Solange Maria, Terapia Relacional Sistêmica – Famílias, Casais, indivíduos, Grupos. Sol, Ed., Curitiba. 2008
15. ZINKER, Joseph C. A busca da Elegância em Psicoterapia – Uma abordagem Gestáltica com casais, famílias e Sistemas íntimos, Summus1997. SP.